TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA. ART. 156, III, CTN

CONDIÇÕES PARA TRANSAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO: A Portaria nº 9.924, de 14/04/20, publicada nesta quinta-feira (16/04/20), estabelece os procedimentos, as condições e os requisitos essenciais para realização da transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União. Dentre outros pontos, consta que a transação envolverá (a) entrada de 1% do valor dos débitos (em 3 parcelas), e (b) parcelamento em até 81 meses para empresas em geral (ou 142 para pessoa natural, empresários individuais, microempresas, pequeno porte, escolas, Cooperativas, dentre outras). Portaria nº 9.924 de 14/04/20.

REGULAMENTAÇÃO DA TRANSAÇÃO NA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO: A Portaria nº 9.917, de 14/04/20, publicada nesta quinta-feira (16/04/20), disciplina procedimentos, requisitos e condições necessárias à realização da transação na cobrança da dívida ativa da União, cuja inscrição e administração incumbam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A portaria prevê as seguintes modalidades: (i) transação por adesão à proposta (não individual) da PGFN; (ii) transação individual proposta pela PGFN; e (iii) transação individual proposta pelo devedor inscrito em dívida ativa da União. Portaria nº 9.917, de 14/04/20.

PORTARIA 9.917/20

Publicada a Portaria PGFN nº 9.917, para regulamentar a transação na cobrança da Dívida Ativa da União (DAU), disciplinando os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização dessa a transação.

Transação é uma modalidade de extinção do crédito tributário, previsto no art. 156, III do Código tributário nacional. A grosso modo, trata-se de um acordo, em que as partes realizam concessões para extinção do débito tributário

Modalidades de Transação previstas na Portaria

São modalidades de transação na cobrança da DAU:

- (i) transação por adesão à proposta da PGFN, a ser realizada mediante publicação de edital pela PGFN;
- (ii) transação individual proposta pela PGFN, aplicável aos:
 - (a) devedores cujo valor consolidado dos débitos inscritos em DAU for superior a R\$ 15 milhões;
 - (b) devedores falidos, em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial ou extrajudicial ou em intervenção extrajudicial;
 - (c) Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas entidades de direito público da administração indireta;
 - (d) débitos cujo valor consolidado seja igual ou superior a R\$ 1 milhão e que estejam suspensos por decisão judicial ou garantidos por penhora, carta de fiança ou seguro garantia.

(iii) transação individual proposta pelo devedor inscrito em DAU, aplicável aos devedores especificados no item “ii” supra que poderão apresentar proposta de transação individual, contendo plano de recuperação fiscal com a descrição dos meios para a extinção dos créditos inscritos em DAU e demais requisitos dispostos nessa Portaria.

A transação de débitos inscritos em DAU cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 15 milhões será realizada exclusivamente por adesão à proposta da PGFN, sendo autorizado, nesses casos, o não conhecimento de propostas individuais.

Quando o somatório das inscrições elegíveis ultrapassar o limite supra, somente será permitida a transação individual.

Exigências para a transação

As modalidades de transação poderão envolver, a exclusivo critério da PGFN, as seguintes exigências:

- (i) pagamento de entrada mínima como condição à adesão;
- (ii) manutenção das garantias associadas aos débitos transacionados, quando a transação envolver parcelamento, moratória ou diferimento;
- (iii) apresentação de garantias reais ou fidejussórias, inclusive alienação fiduciária sobre bens móveis ou imóveis e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, títulos de crédito, direitos creditórios ou recebíveis futuros.

Benefícios

As modalidades de transação poderão envolver, a exclusivo critério da PGFN, as seguintes concessões, observados os limites previstos na legislação de regência da transação:

- (i) oferecimento de descontos aos débitos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação pela PGFN;
- (ii) possibilidade de parcelamento;
- (iii) possibilidade de diferimento ou moratória;
- (iv) flexibilização das regras para aceitação, avaliação, substituição e liberação de garantias;
- (v) flexibilização das regras para constrição ou alienação de bens;

(vi) possibilidade de utilização de créditos líquidos e certos do contribuinte em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado, ou de precatórios federais próprios ou de terceiros, para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor transacionado, observado o procedimento previsto nesta Portaria.

PORTARIA 9.924/20

Em síntese, a Portaria PGFN nº 9.924/20:

- (i) Aumentou o rol de contribuintes que fazem jus a prazo para quitação da transação, aumentando, também, o número máximo de parcelas da transação extraordinárias. Agora, os contribuintes pessoa natural, empresário individual, microempresa, empresa de pequeno porte, instituição de ensino, Santa Casa de Misericórdia, sociedade cooperativa e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019/14 poderão transacionar seus débitos inscritos na DAU em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas – em vez das 100 (cem) parcelas anteriores; e
- (ii) Prorrogou os prazos de (a) adesão à transação extraordinária para 30 de junho de 2020 e (b) pagamento da primeira parcela do valor remanescente para o último dia útil do terceiro mês consecutivo ao mês da adesão.

DA UTILIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS E CRÉDITOS PARA PAGAMENTO DA TRANSAÇÃO REALIZADA.

A Portaria 9.917/20 também trouxe a possibilidade de aproveitar créditos e precatórios federais para pagamento dos débitos à serem incluídos na transação.

Art. 57. O devedor poderá utilizar créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais, próprios ou de terceiros, para amortizar ou liquidar saldo devedor transacionado, observado o disposto neste capítulo.

Analisando o art. 57 e seguintes, verificamos que, no ato de formalização da transação fiscal perante a Procuradoria da Receita, o devedor ofertará créditos tributários, devidamente homologados, e/o Precatório Federal, próprios ou de terceiros, para quitação total ou parcial do débito.

Quando tratar-se de crédito ou precatório de terceiro, necessário que conste na escritura pública, a identificação completa dos terceiros e intermediários, quando houver.

Importante destacar que, também tramita perante a Câmara dos deputados o projeto de lei nº 22/09/20, que altera a Lei 9.430/96, para permitir a cessão de créditos tributários próprios à terceiros, para que possam efetuar compensação.

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para permitir a cessão de créditos tributários próprios e sua compensação com débitos relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

CONCLUSÃO

Conforme art. 156, III do Código Tributário, a transação é forma de extinção do crédito tributário, devidamente regulamentada pela Portaria 9.917/20.

A regulamentação da transação prevê a redução de multas e juros, bem como parcelamento do débito.

Também há possibilidade de efetuar a quitação total ou parcial da transação, através de “compensação” com créditos tributários e/ou precatórios, próprios e/ou de terceiros.

Assim, tratar-se de medida vantajosa ao contribuinte, que poderá receber desconto/anistia, parcelar, e ainda quitar com créditos tributários.